

Símbolos Nacionais Portugueses: manutenção ou mudança?

Sónia Pedro Sebastião *

* Professor at Media and Communication Studies Department, ISCSP-UTL

Resumo

No presente artigo pretendo apresentar os Símbolos Nacionais portugueses tendo em conta a sua definição legal e histórica. Para tal, relaciono a identidade nacional portuguesa, os seus símbolos e o papel das tecnologias da comunicação na sua formação, manutenção ou mudança. Por um lado, os símbolos são entendidos como elementos centrípetos de coesão reforçados pelos *media*. Por outro, os Símbolos Nacionais Portugueses são apresentados como o resultado de um processo evolucionário que pode ser identificado no devir histórico de Portugal, seus líderes e poder político.

Para compreender o sentimento que rodeia os Símbolos Nacionais Portugueses, utilizei a metodologia do inquérito, aplicado a uma amostra de conveniência de indivíduos com menos de 35 anos residentes no distrito de Lisboa, questionando a atitude dos inquiridos em relação ao objecto e o que mudariam nos Símbolos Nacionais Portugueses caso pudessem. Esta metodologia foi complementada com a análise de petições e sítios na Internet onde é feito o apelo à mudança dos Símbolos Nacionais Portugueses.

Os resultados mostram um apego dos portugueses aos seus Símbolos Nacionais e a sua concordância com a manutenção dos mesmos após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: Símbolos Nacionais, Portugal, inquérito, Internet

Abstract

In the present article, one intends to present the Portuguese National Symbols through a legal and historical definition. One stresses the co-relation between Portuguese national identity, its symbols and the role of communication technologies in its formation, maintaining or changing. On one hand, symbols are understood as centripetal elements of cohesion reinforced by media. On the other hand, Portuguese National Symbols are presented as the result of an evolutionary process which can be identified with the History of Portugal, its leaders and the political power.

To understand the feeling about the Portuguese National Symbols, one used an inquiry asking what the respondents (aged with less than 35 years old and inhabiting the district of Lisbon) thought about the Portuguese National Symbols and what would they change if they could. Finally, one complements her findings observing web petitions and personal websites where movements appealing to the Portuguese National Symbols change are presented.

The results show the Portuguese attachment to their National Symbols and their agreement with its maintenance after the 25th April 1974 Revolution.

Keywords: National Symbols; Portugal; Survey; Internet

Introdução

O estudo dos símbolos oficiais surge na sequência de uma análise do “enigma português” (Leão, 1998) e da crescente curiosidade suscitada com a manutenção da Bandeira Nacional e do Hino “A Portuguesa” após a mudança de regime político em Portugal. Tendo em conta que a última bandeira nacional foi definida com o fim da monarquia e a instauração da República, porque não foi alterada com a revolução democrática do 25 de Abril?

Para responder a esta questão enquadrámos o nosso estudo na teoria simbólica e culturológica da comunicação de massas, relacionando a influência dos *media*, a cultura portuguesa, a evolução tecnológica e a mudança social. De seguida, desenvolvemos um enquadramento histórico caracterizador da bandeira e do hino enquanto símbolos oficiais, definidos pelo poder político tendo em conta o seu mandato popular.

Os símbolos nacionais - sejam oficiais, arquitectónicos, literários - revelam-se como marcas identificadoras da nacionalidade portuguesa, símbolos perenes da História e, portanto, daquilo que legitima os portugueses enquanto povo. Ou seja, os símbolos nacionais portugueses são códigos semióticos de identidade, que identificam o homem português enquanto membro de uma sociedade, dando significado à identidade da mesma.

Com ou sem o conhecimento do seu significado, os portugueses “agarram-se” à bandeira e ao hino movidos por sentimentos de orgulho, emoção e gosto pessoal. Sendo comum em entrevistas informais que realizámos ouvirmos a expressão “são tão bonitos”, “o nosso hino é o mais bonito”, “gosto tanto da nossa bandeira”.

Para que este estudo atinja o nível científico desejado, realizámos 350 inquéritos a indivíduos residentes no distrito de Lisboa com menos de 35 anos (não viveram no regime político anterior) durante o mês de Abril de 2009, a uma amostra não probabilística de conveniência. Os inquéritos foram aplicados directamente nas ruas de Lisboa por entrevistadores (alunos universitários).

Com este inquérito procurámos aferir o sentimento dos portugueses em relação aos seus símbolos nacionais, assim como, se mudariam alguma coisa na bandeira e no hino, e se concordam com a utilização dos mesmos de forma vulgarizada em publicidade, vestuário e entretenimento.

Na elaboração do inquérito foi tido em conta o enquadramento legal que define a utilização e as normas a observar na utilização e exposição dos símbolos nacionais. Assim, consideramos o artigo 11.º “*símbolos nacionais e língua oficial*” da Constituição da República Portuguesa, onde é definido que:

1. *A Bandeira Nacional, símbolo da soberania da República, da independência, unidade e integridade de Portugal, é a adoptada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.*
2. *O Hino Nacional é A Portuguesa.*

No que se refere à legislação ordinária, importa mencionar o Decreto-Lei nº 150/87, de 30 de Março, diploma que veio regular a utilização da bandeira em todo o território nacional, ressaltando apenas as normas específicas do âmbito militar e marítimo. Prevê-se o uso da bandeira em todo o território nacional (artigo 2º, nº 1), determinando-se que a bandeira deve ser apresentada de acordo com o "padrão oficial" (o definido no artigo 11º da Constituição) e preservada em bom estado (artigo 2º, nº 2), devendo ainda ser hasteada *"aos domingos e feriados, bem como nos dias em que se realizem cerimónias oficiais ou outros actos ou sessões solenes de carácter público"* (artigo 3º, nº 1). Além disso, o Governo, os órgãos de governo próprio das regiões autónomas, os governadores civis, os órgãos executivos das autarquias locais e os dirigentes de instituições privadas poderão ordenar que a Bandeira Nacional seja hasteada (artigo 3º, nº 2). Por fim, nos edifícios-sede dos órgãos de soberania a Bandeira Nacional poderá ser arvorada diariamente, por direito próprio (artigo 3º, nº 3). A Bandeira Nacional deverá permanecer hasteada entre as 9 horas e o pôr-do-sol e, quando permanecer hasteada durante a noite, deverá, sempre que possível ser iluminada por meio de projectores (artigo 6º, nºs. 1 e 2). Durante os períodos de luto nacional, a Bandeira será colocada a meia haste (artigo 7º, nº 1). Por fim, cumpre referir que a Bandeira Nacional, quando desfraldada com outras bandeiras, nacionais, institucionais ou estrangeiras, ocupará sempre o lugar de honra (artigo 8º).

Já o Hino Nacional deve ser executado oficialmente em cerimónias nacionais civis e militares onde é rendida homenagem à Pátria, à Bandeira Nacional ou ao Presidente da República. A sua execução é ainda obrigatória para saudar oficialmente em território nacional um chefe de Estado estrangeiro, depois de ouvido o hino do país representado.

Os símbolos nacionais são bens jurídicos considerados dignos de tutela penal. Logo em 1910, o artigo 3º do decreto com força de lei de 28 de Dezembro veio determinar que *"aquele que, de viva voz ou por escrito publicado ou por outro meio de publicação, ou por qualquer acto público, faltar ao respeito devido à bandeira nacional que é o símbolo da Pátria, será condenado na pena de prisão correcional de três meses a um ano e multa correspondente e, em caso de reincidência, será condenado no mínimo de pena de expulsão do território nacional, fixado no número único, do artigo 62º, do Código Penal"*. Actualmente, o artigo 332º do Código Penal pune com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias *"quem publicamente, por palavras, gestos ou divulgação de escrito, ou por outro meio de comunicação com o público, ultrajar a República, a bandeira ou o hino nacionais, as armas ou emblemas da soberania portuguesa"*.

Complementarmente, o Código da Publicidade, nos princípios gerais do regime geral, define em termos de licitude (artigo 7º, ponto 2 alínea a) que é proibida a publicidade que *"se socorra, depreciativamente, de instituições, símbolos nacionais ou religiosos ou personagens históricas"*.

1. Símbolos nacionais enquanto signos sociais de identidade

As culturas possuem uma matriz fundamental da qual deriva a sua ordem social, a sua justificação e objectivo existencial colectivo e individual. Enquanto parte integrante das culturas, os símbolos são elementos de linguagem, que variam de comunidade para comunidade e são essenciais à comunicação humana. Dada à sua subjectividade e motivação, os símbolos são interpretados e apropriados pelas várias comunidades que lhe atribuem significados e justificam a sua existência (Elias, 1991).

O processo de simbolização intervém a vários níveis da experiência humana incluindo percepções, elaborações e sistematizações das representações do mundo feitas pelo indivíduo. Tal dificulta a sua hermenêutica, pois não existe um código de decifração do símbolo que não significa, apenas evoca de forma analógica e polivalente, possuindo uma multiplicidade de sentidos (Alleau, 1976:13).

Os símbolos nacionais são caracterizados como signos sociais de identidade que marcam o homem enquanto membro de um grupo, denunciando a sua identidade social (Jenkins, 1996) e informando sobre circunstâncias das suas relações sociais, isto é, das suas transacções de significados (Cohen, 1995:17). Assim sendo, são signos de participação que dão significado a uma comunidade¹. Além disso, os símbolos nacionais são icónicos, de tipo motivado, exprimindo metaforicamente poder, majestade e força (Guiraud, 1978).

O processo de simbolização não se reduz, no entanto, às representações individuais. De acordo com a concepção de comunidades imaginadas de Anderson, o que tornou as comunidades imagináveis foi a interacção explosiva entre o capitalismo, a tecnologia de comunicação e a diversidade linguística (2005:70-71). Ou seja, os *media* reforçam a imaginação colectiva face às trocas simbólicas que facilitam entre os indivíduos e as comunidades. Não obstante, compreendermos a natureza imaginada da nacionalidade não explica a ligação afectiva dos indivíduos com as invenções imaginadas (idem:193).

Complementamos a abordagem simbólica, com a teoria culturológica da comunicação de massas (Morin, 1962) na medida em que os símbolos são elementos culturais e nos detemos na produção de significados e partilhas em contextos sociais e experiências culturais. Desta forma, esta abordagem evidencia as diferenças entre os *media* e a sua recepção, detendo-se na análise dos casos particulares e na interpretação qualitativa dos mesmos (McQuail, 2000:13).

Sendo a tecnologia um artefacto cultural, com o paradigma digital e evolução tecnológica associada, a abordagem cultural mediática é actualizada (Van Dijk, 1999; Manovich, 2001; Castells, 2003; Fuchs, 2008). A transformação dos *media* em instrumentos interactivos, o papel das audiências, em crescente fragmentação, altera-se. O *prosumer* (Toffler, 1970) deixa de ser um mero "receptor" de conteúdos

¹ Comunidade entendida como o espaço onde o indivíduo aprende e pratica a sua sociabilidade, isto é, onde é aculturado (Cohen, 1995:13).

simbólicos e torna-se também “produtor” desses conteúdos podendo mais facilmente enfrentar a corrente dominante e dar voz à sua discordância.

Neste estudo, detemo-nos principalmente nos conteúdos disponibilizados pelos meios televisão e *internet*, analisando teores noticiosos onde ocorre a contaminação entre o real e o imaginário (e em que o “receptor” pouco intervém face ao modelo de *broadcast*) e petições e páginas pessoais disponibilizadas na *web* (produzidas pelo consumidor discordante).

Em suma, os símbolos nacionais podem ser classificados enquanto capital cultural (Bourdieu, 1986), ao qual o povo atribui determinado significado, intensificado e partilhado pela acção dos *media*. Pela observação quotidiana, os símbolos nacionais são apresentados (bandeira) e entoados (hino), por exemplo, na televisão em feriados e cerimónias oficiais, mas essencialmente em provas desportivas, perante manifestações de apoio à glória dos atletas portugueses (no caso de jogos das diversas selecções nacionais) e na celebração de vitórias (também em provas individuais). O seu valor semiótico é reforçado pela projecção dada pelos *media* que enfatiza aspectos de vitória e glória na cultura popular (McQuail, 2000:103-105). Contudo, quando deixamos o modelo de recepção pelo consumidor mediático passivo, encontramos vozes discordantes que apelam à alteração dos símbolos nacionais. Serão estes movimentos sintomáticos da vontade de mudança identitária portuguesa?

2. Origens históricas da Bandeira

Na Batalha de Ourique, D. Afonso Henriques terá definido as armas portuguesas estabelecendo: cinco escudos dispostos em cruz, lembrando os cinco reis mouros vencidos [*“Aqui pinta no branco escudo ufano, / Que agora esta vitória certifica, / Cinco escudos azuis esclarecidos, / Em sinal destes cinco Reis vencidos”* (Camões, Canto III, 53)], as chagas de Cristo crucificado e os escudos partidos no braço do rei durante o combate; trinta pontos inscritos nos escudos simbolizando os trinta dinheiros da delação de Cristo por Judas² [*“E nestes cinco escudos pinta os trinta / Dinheiros por que Deus fora vendido”* (Camões, Canto III, 54)].

O número cinco – número do Paraclito – é frequente na simbologia portuguesa. Para além, dos cinco escudetes no brasão; as cinco chagas de Cristo; temos o Quinto Império que evoca o Destino Manifesto português. Como referia Bandarra: *“Portugal tem a bandeira / Com cinco quinas no meio, / E segundo vejo, e creio / Este é a cabeceira, / E porá sua cimeira, / Que em Calvário lhe foi dada, / E será Rei de manada / que vem de longa carreira”* (Sonho Primeiro, estrofe LXX).

² Armas descritas no Capítulo VI, do Livro III da *História de Portugal* de Fernando de Oliveira [Franco, 2000:449]. Na Crónica de Duarte Galvão [1906 (sobre a Edição de: 1726), capítulo XVIII.]. Sobre o estudo do simbolismo das armas primordiais portuguesas ver: Lima, 1998.

Portanto, a origem do brasão nacional está associada à história dos homens que fundaram a nacionalidade e ao contexto dos feitos que tiveram de empreender para que a mesma se tornasse realidade. Isto porque, estes símbolos constituem linguagem do esoterismo vivencial dessa época de concretizações gloriosas.

No brasão português está representada a união entre a guerra (escudo) e a religiosidade (cruz), a ligação entre o céu e a terra, na época vista como só sendo possível graças à honra, à coragem e à heroicidade manifestadas na guerra. Não obstante, a linguagem simbólica é subjectiva e multidimensional, admitindo várias leituras e interpretações. A definição das armas nacionais e o seu significado são misteriosos e controversos. No entanto, a heráldica nacional surge associada à Cavalaria Medieval e ao simbolismo místico e divino da época. Com ou sem Batalha e Milagre de Ourique, as armas de Portugal e dos seus reis foram ordenadas tendo-os como base fundadora e raízes na sua razão simbólica, o que lhe confere carácter divino.

A Bandeira Nacional sintetiza o significado social da nação que representa e contém a sua alma, o seu ideal, o seu carácter, a sua tradição e a sua história. A bandeira é, por isso, o espírito nacional, objectivado pela linha e pela cor.

Após a instauração do regime republicano, um decreto da Assembleia Nacional constituinte datado de 19 de Junho de 1911, publicado no Diário do Governo n.º 141 do mesmo ano, aprovou a Bandeira Nacional que substituiu a Bandeira da Monarquia Constitucional. Este decreto teve a sua regulamentação adequada, publicada no diário do Governo n.º 150 (decreto de 30 de Junho)³.

A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente em duas cores fundamentais: o verde-escuro e o vermelho, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro, e sobreposto à união das cores, tem o escudo das armas nacionais, orlado de branco e assentado sobre a esfera armilar manuelina, amarela com limites a preto. A repartição das duas cores fundamentais deve ser feita de modo que fiquem dois quintos do comprimento total ocupados pelo verde e os três quintos restantes pelo vermelho. O motivo central ocupa metade da altura da tralha, ficando equidistante das orlas.

A escolha das cores da bandeira, assim como, dos símbolos nela representados não foram pacíficas. As divergências levaram a acesas polémicas e à apresentação de várias propostas por parte de artistas e intelectuais nacionais. No final, prevaleceu a explicação constante do Relatório apresentado pela Comissão então nomeada pelo governo. No entender da Comissão, o branco representa "*uma bela cor fraternal, em que todas as outras se fundem, cor de singeleza, de harmonia e de paz*" e sob ela "*salpicada pelas quinas (...) se ferem as primeiras rijas batalhas pela lusa nacionalidade (...). Depois é a mesma cor branca que, avivada de entusiasmo e de fé pela cruz vermelha de Cristo, assinala o ciclo épico das nossas descobertas*

³ Ver: Portal do Governo – *Símbolos Nacionais* [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Documents/Decreto_Bandeira_Nacional, consultas várias em Março 2009]. Referências subsequentes em itálico e entre « » têm este decreto como fonte.

marítimas". O vermelho, defendeu a Comissão, "nela deve figurar como uma das cores fundamentais por ser a cor combativa, quente, viril, por excelência. É a cor da conquista e do riso. Uma cor cantante, ardente, alegre (...). Lembra o sangue e incita à vitória". Em relação ao verde, cor da esperança, é uma cor com pouca mas significativa tradição histórica, justificado por ter surgido no "momento decisivo em que, sob a inflamada reverberação da bandeira revolucionária, o povo português fez chispar o relâmpago redentor da alvorada". Simbolicamente o verde anuncia ou a renovação da vida ou a putrefacção da morte, ou seja, tanto a renascença espiritual como a decadência material podem ser representadas por esta cor.

Para além das cores, também a escolha dos símbolos mais representativos da Nação foram escolhidos tendo em conta a história do país. A esfera armilar – adoptada como emblema pessoal de D. Manuel I – consagra "a epopeia marítima portuguesa (...) feito culminante, essencial da nossa vida colectiva". O escudo branco com as quinas, por sua vez, perpetua e consagra "o milagre humano da positiva bravura, tenacidade, diplomacia e audácia que conseguiu atar os primeiros elos da afirmação social e política da lusa nacionalidade". Finalmente, o escudo branco foi rodeado por uma faixa carmesim, com sete castelos, considerados pela Comissão como um dos símbolos "mais enérgicos da integridade e independência nacional".

A história da bandeira nacional está associada ao seu simbolismo político reflectido nas diferentes cores e símbolos que a compuseram ao longo dos tempos (Teixeira, 1991:319-337). Os monarcas alteravam as bandeiras de acordo com razões nem sempre muito claras. Adoptando este ou aquele símbolo, esta ou aquela cor, de acordo com o momento e a sua significância.

A bandeira portuguesa foi durante a monarquia constitucional a bandeira azul-branca bipartida e encimada pelas armas reais, assentes metade sobre cada uma das cores. Estas cores foram decretadas "cores nacionais" após a revolução liberal de 1820, pelas Cortes Gerais da Nação, em 22 de Agosto de 1821.

Entre o vintismo e a contra-revolução, o simbolismo acompanha as vicissitudes que a conjuntura política vai ditando e o registo simbólico das cores vai-se progressivamente inscrevendo em cada um dos campos em conflito – o branco no absolutismo e o azul-branco no constitucionalismo.

Dentro deste contexto, a regência de D. Pedro IV, por decreto de 18 de Outubro de 1830 da Junta Governativa da ilha Terceira, substitui a bandeira, até então integralmente branca, pela bandeira azul-branca. Triunfante em 1834, o liberalismo torna-a bandeira nacional, que se manteria até ao 5 de Outubro de 1910.

O verde e vermelho figuraram em insígnias ligadas a alguns momentos altos da história portuguesa, de que se tornaram símbolo, nomeadamente, a Guerra da Independência⁴, os Descobrimientos Marítimos, a Guerra da Restauração. A Ala dos Namorados na batalha de Aljubarrota tinha uma bandeira verde e vermelha com

a imagem de Nossa Senhora da Conceição ao centro; a bandeira dos Descobrimentos sob o reinado de D. Manuel I tinha o fundo verde no qual assentava a cruz de Cristo a vermelho; esta mesma bandeira foi utilizada em várias revoltas contra o domínio filipino, tornando-se, igualmente, bandeira da Revolução de 1 de Dezembro 1640 (Teixeira, 1991:319-337).

No final do século XIX, a bandeira verde e vermelha tornar-se-ia símbolo da revolta republicana. Assim, a bandeira içada na Câmara Municipal do Porto na manhã de 31 de Janeiro de 1891, era totalmente vermelha com um círculo verde ao centro, a que se juntavam as legendas referentes ao centro republicano. Esta bandeira, conhecida e designada pelos revoltosos como “a bandeira vermelha” é, na sua essência simbólica, a bandeira da tradição revolucionária e popular.

A primeira bandeira da República desfraldada em Portugal foi “*verde e encarnada*”. Malograda a revolução, esta bandeira torna-se para os republicanos a marca fundamental, o símbolo da República, utilizada na construção da imagética e da simbólica republicanas. A Festa da Bandeira foi, assim, a primeira grande festa cívica, a primeira liturgia de consagração da República.

Porém, a escolha da bandeira verde-rubra e a sua consagração imediata, quando a decisão não era pacífica e, sobretudo, antes de ter sido sancionada pela Assembleia Nacional Constituinte, levanta uma violenta polémica que moveu algumas figuras influentes da vida pública portuguesa e apaixonou a opinião pública nacional.

Em Lisboa, Porto e por todas as cidades de província multiplicam-se os projectos para a nova bandeira. Na imprensa periódica, em *croquis* afixados em clubes políticos, livrarias, tabacarias e outros estabelecimentos comerciais, em conferências e sessões públicas, desde as salas de teatro à Sociedade de Geografia, os diferentes autores divulgam e fazem a defesa empenhada dos seus projectos⁵. Acreditava-se ainda que a Assembleia Constituinte podia votar um parecer contrário e os partidários do “azul-branco” reclamavam com insistência um plebiscito.

A polémica polariza-se em torno de duas grandes questões: uma, de primeira ordem, a das “cores” azul-branco/verde-rubro; outra, menos acesa, a das “armas” – relacionada com a esfera armilar.

Em defesa do verde e encarnado vêm a terreiro, para além da comissão, figuras tão prestigiosas como Afonso Costa, António José de Almeida e o próprio Presidente do Governo Provisório, Teófilo Braga. A defesa do “azul-branco” é liderada pelo poeta Guerra Junqueiro, A. Braancamp Freire, António Mendonça Arroio, Lopes de Mendonça e Sampaio Bruno.

Para a comissão, a cor é o elemento primordial que maior necessidade de justificação recolhe. O branco simboliza a “*inocência, a candura unânime, a pureza virgem*” que é no fundo a alma portuguesa. Mas, para

⁴ Quando D. João I subiu ao trono após a crise de 1383-1385 incluiu a Cruz da Ordem de Avis, verde, na bordadura da bandeira nacional. Sendo este ornamento retirado com D. João II.

⁵ Imagens dos projectos e detalhes em: Teixeira, 1991:319-337.

além desta sintonia com a alma nacional, há uma outra razão de carácter histórico – o branco foi a base de todas as bandeiras portuguesas desde a fundação da nacionalidade até ao constitucionalismo. Apesar da sua importância simbólica e histórica, o branco desapareceria da bandeira da República. Em relação ao azul, a Comissão não reconhece a sua importância para Portugal, apesar analogia visual com o céu e o mar (dois elementos fundamentais da personalidade histórica portuguesa), o azul é associado ao culto católico de Nossa Senhora da Conceição e à corrupção da dinastia de Bragança, o que histórica e moralmente, torna o azul *"uma cor condenada"*. Defendendo o verde e o vermelho, a Comissão refere que o vermelho invoca a alma nacional e tem longa tradição na história das bandeiras portuguesas. Além disso (acrescenta o investigador), trata-se de uma cor que simboliza o poder vivificador do sangue. O verde, por sua vez, não tem grande justificação nem tradição, sendo, no entanto, apontado como *"uma das cores que preparou e consagrou a revolução"*. Quanto às armas, propõe a comissão, a esfera armilar: *"padrão eterno do nosso génio aventureiro"* e o escudo branco com quinas azuis *"da fundação da nacionalidade"*.

Existiram, ainda, projectos de conciliação com entre a defesa do azul-branco ou do vermelho-verde. Como exemplo, temos a tese do major Santos Ferreira e o projecto do poeta Delfim Guimarães, com execução gráfica do pintor Roque Gameiro.

Esta longa e acesa polémica não teve, contudo, resultado político. O Governo Provisório, por princípio ou receio, nunca aceitou o plebiscito, e a Assembleia Nacional Constituinte, na sua sessão de abertura, ao mesmo tempo que decreta a abolição da Monarquia sanciona o projecto aprovado pelo Governo para a bandeira e para o hino nacionais.

Por decreto de 19 de Julho de 1911, a Bandeira Nacional passa a ser em definitivo *"bipartida verticalmente em duas cores fundamentais, verde-escuro e escarlate, ficando o verde-escuro do lado da tralha. Ao centro e sobreposto à união das duas cores terá o escudo das armas nacionais orlado de branco e assente sobre a Esfera Armilar em amarelo avivada a negro"*.

Na simbólica da bandeira poder-se-á dizer que as cores são o elemento de ruptura, enquanto as armas são o elemento de continuidade histórica, mas ambos conformes com os princípios republicanos, consagrando simbolicamente os princípios ideológicos e políticos da propaganda republicana.

Ao banir o azul-branco, a bandeira da República bania de um só golpe a marca simbólica da *"Monarquia corrupta de Bragança"* e a alusão ao culto católico da padroeira, no respeito pela tradição antimonárquica, laica e anticlerical do republicanismo (Teixeira, 1991:319-337). O vermelho, herdado da bandeira do 31 de Janeiro, é a cor dos movimentos revolucionários e populares, marca da matriz política democrática da tradição republicana. Finalmente, o verde marca a matriz ideológica positivista do republicanismo.

A esfera armilar, por sua vez, é um instrumento científico, utilizado para cálculos astronómicos que simboliza a obra científica portuguesa que permitiu e preparou a navegação portuguesa. A esfera armilar

símbolo do cosmos, com os 12 signos do Zodíaco inscritos e a terra esférica no centro é também um elemento de tradição hermética e alquímica (Loução, 2003:119-120).

No reinado de D. Manuel I, o pomo ou globo do mundo utilizado na iconografia imperial torna-se na esfera armilar manuelina, impregnada de um sentido religioso (*spera in Deo et fac Bonitatem*) e tornada símbolo nacional presente nos vários monumentos com este estilo arquitectónico e nas evocações aos Descobrimentos. A esfera armilar, símbolo nacional português, foi interpretada por Garcia de Resende, Damião de Góis e Afonso Botelho como anúncio profético do destino pessoal do Rei D. Manuel I e da missão Imperial e Ecuménica da Nação portuguesa (Borges, 1985:119-120; Costa, 1978: 78 e seguintes; Botelho, 1997:112).

O escudo das quinas e a esfera armilar evocam os dois momentos mais altos da história portuguesa que o imaginário político republicano opunha à decadência do constitucionalismo - a fundação da nacionalidade e a epopeia marítima. Marcam, pois, a estrutura nacionalista e colonial do republicanismo histórico. Desta forma, a bandeira verde-rubra, antes de ser Bandeira Nacional, é essencialmente a bandeira da República.

3. Hino Nacional: evolução histórica

A Bandeira Nacional é um símbolo visível, enquanto o Hino Nacional é a exteriorização musical que proclama e simboliza a nação. Durante a monarquia, o ideário da Nação Portuguesa estava consubstanciado no poder do Rei. Por isso, os símbolos nacionais são dependentes da figura e da liderança deste.

Após 60 anos de domínio filipino, a 1 de Janeiro de 1640, numa revolta encabeçada por 40 “Conjurados” é restaurada a independência Portuguesa com D. João IV como novo rei. Inicia-se uma vitoriosa campanha (Guerra da Restauração), contra a Espanha, que durou 28 anos, terminando durante a regência de D. Pedro II.

Com a Restauração é institucionalizado o “Hymno da Restauração”, ainda hoje entoado no dia da sua celebração – 1 de Dezembro – e por marchas populares locais (ver figura n.º 1).

HINO DA RESTAURAÇÃO

Int.

Por - tu - quêsas ce - le - bre - mos o di - a da re - den - ção
 Em - que - va - len - tes - guer - rei - ros nos de - ram li - vre a na -
 - ção a fé dos cam - pos d'Ou - ri - que co -
 - ra - gem deu e va - lôr Aos fa - mo - sos de qua - ren - ta Que lu -
 - ta - ram com ar - dôr Prá fren - te Prá fren - te Re -
 - pe - tir sa - be - re - mos as pro - ê - zas por - tu - quêsas Á - van - te Á -
 - van - te é voz que so - a - rá tri - un - fal Vá á - van - te mo - ci -
 - dade De Por - tu - gal Vá á - van - te mo - ci - dade de Por - tu - gal!

Portugueses celebremos
 O dia da Redenção
 Em que valentes guerreiros
 Nos deram livre a Nação!
 A Fé dos Campos de Ourique
 Coragem deu e valor
 Aos famosos de Quarenta
 Que lutaram com ardor.

Prá frente, prá frente repetir
 Saberemos as proezas
 portuguesas
 Avante, avante
 É voz que soará triunfal
 Vá avante mocidade de Portugal
 Vá avante mocidade de Portugal

No século XIX, um movimento de opinião levou a que cada estado europeu estabelecesse uma composição musical representativa e oficial. Até então os povos e os exércitos conheciam apenas os cantos e os toques guerreiros próprios de cada corpo e as canções relativas aos acontecimentos dignos de memória.

Neste contexto, até 1826, era considerado como hino oficial português o "Hymno Patriótico", da autoria de Marcos Portugal. Inspirada na parte final da Cantata "La Speranza o sia l'Augurio Felice", esta peça foi composta e oferecida pelo autor ao Príncipe Regente D. João, durante a retirada da Corte no Brasil.

A letra do "Hymno Patriótico" foi adaptada às circunstâncias e aos acontecimentos da época, sofrendo várias mutações, não obstante, generalizou-se face à sua expressão marcial, que estimulava os ânimos portugueses, convidando-os à continuação de acções heróicas. Com o regresso do Rei ao País, em 1821, o mesmo autor dedicou-lhe um poema que, sendo cantado com a música do hino, rapidamente se divulgou e passou a ser entoado solenemente, com a seguinte mensagem:

Eis, oh Rei Excelso

*os votos sagrados
q'os Lusos honrados
vêm livres, vêm livres fazer
vêm livres fazer*

*Por vós, pela Pátria
o Sangue daremos
por glória só temos
vencer ou morrer
vencer ou morrer
ou morrer
ou morrer*

Na sequência da revolução de 1820 e com a aprovação da primeira Constituição Liberal Portuguesa (22 de Setembro de 1822), D. Pedro - então Príncipe Regente no Brasil - compôs e dedicou à Constituição o "Hymno Imperial e Constitucional", que se tornaria o Hino da Independência do Brasil, mas cujas estrofes seleccionadas da letra de Evaristo Ferreira da Veiga foram também cantadas em Portugal.

Com a subida de D. Pedro IV ao trono de Portugal, o rei comporia novo Hino – "Hymno da Carta" ou "Hino Monárquico" – em homenagem à Carta Constitucional e obrigatório em todas as solenidades públicas, a partir de Maio de 1834 e até Outubro de 1910 (ver figura n.º 2).

Figura n.º 2 - "Hymno da Carta" ou "Hino Monárquico"

<p>1. Ó Pátria, Ó Rei, Ó Povo, Ama a tua Religião Observa e guarda sempre Divinal Constituição</p> <p>(Coro) Viva, viva, viva ó Rei Viva a Santa Religião Vivam Lusos valorosos A feliz Constituição A feliz Constituição</p> <p>2. Ó com quanto desafogo Na comum agitação Dá vigor às almas todas Divinal Constituição</p> <p>(Coro) Viva, viva, viva ó Rei Viva a Santa Religião Vivam Lusos valorosos A feliz Constituição A feliz Constituição</p>	<p>3. Venturosos nós seremos Em perfeita união Tendo sempre em vista todos Divinal Constituição</p> <p>(Coro) Viva, viva, viva ó Rei Viva a Santa Religião Vivam Lusos valorosos A feliz Constituição A feliz Constituição</p> <p>4. A verdade não se ofusca O Rei não se engana, não, Proclamemos Portugueses Divinal Constituição</p> <p>(Coro) Viva, viva, viva ó Rei Viva a Santa Religião Vivam Lusos valorosos A feliz Constituição A feliz Constituição</p>
---	--



Em 1890, a composição de Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça - "A Portuguesa" - marcha de forte expressão patriótica, pela afirmação de independência que representa e pelo entusiasmo que desperta na revolta contra o ultimato inglês, torna-se símbolo nacional de excelência.

Porém, o Hino concebido para unir os portugueses em redor de um sentimento comum, foi desconsiderado pelos monárquicos e proibida a sua execução em actos oficiais e solenes. Com a implantação da República em 1910 "A Portuguesa" aflora espontaneamente à voz popular, tendo sido tocada e cantada nas ruas de Lisboa. Consequentemente, só a 19 de Junho de 1911, a mesma Assembleia Constituinte que aprovou a Bandeira Nacional, proclamou "A Portuguesa" como Hino Nacional (ver figura n.º 3).

Figura n.º 3 – Hino Nacional "A Portuguesa"

I

*Heróis do mar, nobre povo,
 Nação valente, imortal
 Levantai hoje de novo
 O esplendor de Portugal!
 Entre as brumas da memória,
 Ó Pátria, sente-se a voz
 Dos teus egrégios avós
 Que há-de guiar-te à vitória!
 Às armas, às armas!
 Sobre a terra sobre o mar,
 Às armas, às armas!
 Pela Pátria lutar
 Contra os canhões marchar, marchar!*

II

*Desfralda a invicta Bandeira,
 À luz viva do teu céu!
 Brade a Europa à terra inteira:
 Portugal não pereceu
 Beija o solo teu jucundo
 O oceano, a rugir d'amor,
 E o teu Braço vencedor
 Deu mundos novos ao mundo!
 Às armas, às armas!
 Sobre a terra sobre o mar,
 Às armas, às armas!
 Pela Pátria lutar
 Contra os canhões marchar, marchar!*

III

*Saudai o Sol que desponta
 Sobre um ridente porvir;
 Seja o eco de uma afronta
 O sinal de ressurgir.
 Raios dessa aurora forte
 São como beijos de mãe,
 Que nos guardam, nos sustêm,
 Contra as injúrias da sorte.
 Às armas, às armas!
 Sobre a terra, sobre o mar,
 Às armas, às armas!
 Pela Pátria lutar
 Contra os canhões marchar, marchar!*

Versão oficial de «A Portuguesa»

The image shows a musical score for the official version of the Portuguese national anthem, 'A Portuguesa'. It consists of ten staves of music in 2/4 time, with lyrics written below the notes. The lyrics are in Portuguese and match the text provided on the left. The score includes various musical notations such as notes, rests, and bar lines, along with some performance markings like 'He-ros do' and 'mar, no-bre po-vo, Na-ção va-len-te, i-mor.'.

4. Os símbolos oficiais e os portugueses

Existe na vivência do ser português um conjunto estrutural latente (forças centrípetas) que configura a sua permanência e assegura a sua independência enquanto nação de elementos culturais definidos, mutáveis e antagónicos. Entre a permanência e a mutabilidade destes elementos identificam-se mitos manifestos no nível actual e latentes no inconsciente colectivo e mitos super-estruturais que se impõem à sua consciência de forma acutilante motivando-o à mudança e ao abraçar do progresso das sociedades ocidentais actuais (forças centrífugas) (Sebastião, 2009). Assim sendo, e socorrendo-nos da teoria sociológica paretiana, as duas categorias estruturais acima referidas - latentes e super-estruturais - podem ser incluídas nas categorias residuais, respectivamente da persistência, manutenção e sociabilidade (persistência dos agregados, resíduos associados à sociabilidade, integridade do indivíduo e da sua esfera); e da manipulação (instinto de combinações) (Pareto, 1968: 465-784).

Para aferirmos o sentimento nacional em relação aos símbolos oficiais realizámos um inquérito à opinião pública a uma amostra significativa mas não probabilística, nem representativa do universo dada a limitação de recursos. Foram feitos 350 inquéritos a indivíduos residentes no distrito de Lisboa com menos de 35 anos (não viveram no regime político anterior⁶) durante o mês de Abril de 2009. Os inquéritos foram aplicados directamente nas ruas de Lisboa por entrevistadores (alunos universitários).

Com este inquérito procurámos aferir o sentimento dos portugueses em relação aos seus símbolos nacionais, assim como, se mudariam alguma coisa na bandeira e no hino, e se concordam com a utilização dos mesmos de forma vulgarizada em publicidade, vestuário e entretenimento. Ou seja, procuramos perceber se os símbolos oficiais podem ser encarados como forças centrípetas do ser português.

Em termos sócio-demográficos, a amostra recolhida apresenta as seguintes características:

- Sexo: 54% de mulheres; 46% de homens;
- Idade: 15 – 18 (9,1%); 19 – 22 (22,9%); 23 – 26 (28%); 27 – 30 (16%) e mais de 30 (24%);
- Serviço militar cumprido: Sim (14,6%); Não (85,4%);
- Ocupação: estudantes (43,7%); trabalhador conta outrem (38,6%); trabalhador conta própria (7,1%); militar (6,6%); desempregado (4%).

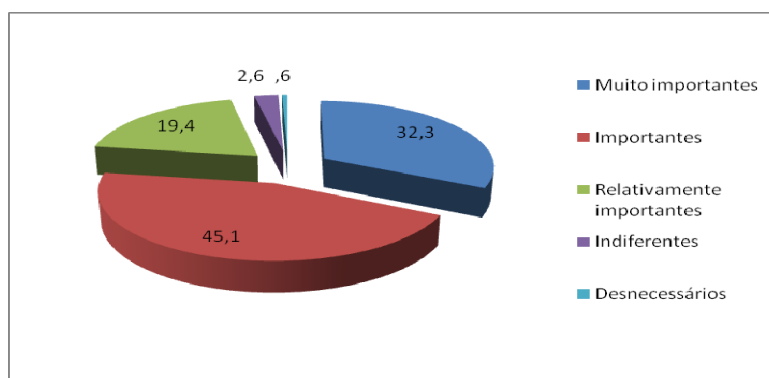
a. *O que são os símbolos nacionais?*

Quando questionados sobre a importância dos Símbolos Nacionais (gráfico n.º 1), os inquiridos demonstram possuir um sentimento de direcção positiva (96,9%): 32,3% consideram-nos muito

⁶ A opção está relacionada com um hipotético menor apego a um símbolo histórico e a uma delimitação permitida graças ao facto histórico da Revolução de 1974. Além disso, esta delimitação permitir-nos-á um maior termo de comparabilidade com os resultados da análise às propostas de alteração dos símbolos nacionais presentes nos recursos da *world wide web*, a apresentar na última parte do artigo, e tendo em conta a relação da geração em apreço e as novas tecnologias.

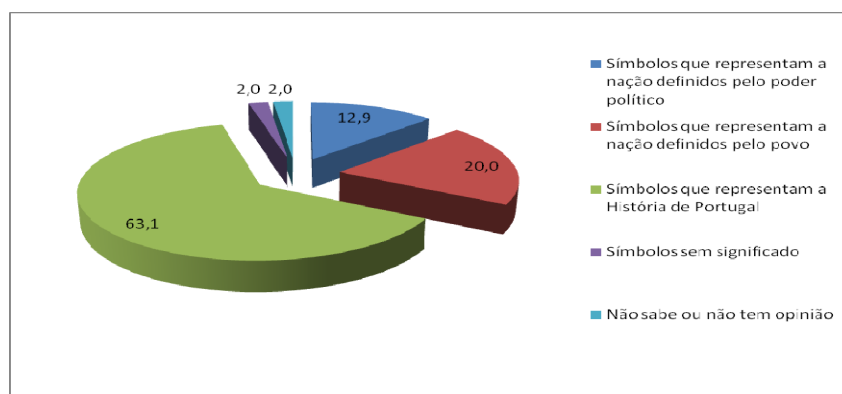
importantes; 45,1% referem que são importantes e 19,4% classificam-nos como relativamente importantes. Apenas 2,6% dos inquiridos são indiferentes aos símbolos nacionais e 0,6% os consideram desnecessários.

Gráfico n.º 1 - A importância dos Símbolos Nacionais



Em relação à percepção sobre o significado dos Símbolos Nacionais (gráfico n.º 2), os inquiridos respondem maioritariamente que são símbolos que representam a História de Portugal (63,1%); 20% consideram que são símbolos que representam a nação definidos pelo povo e 12,9% consideram que são definidos pelo poder político. Apenas 2% consideram que os Símbolos Nacionais não têm significado e igualmente 2% não sabem ou não têm opinião.

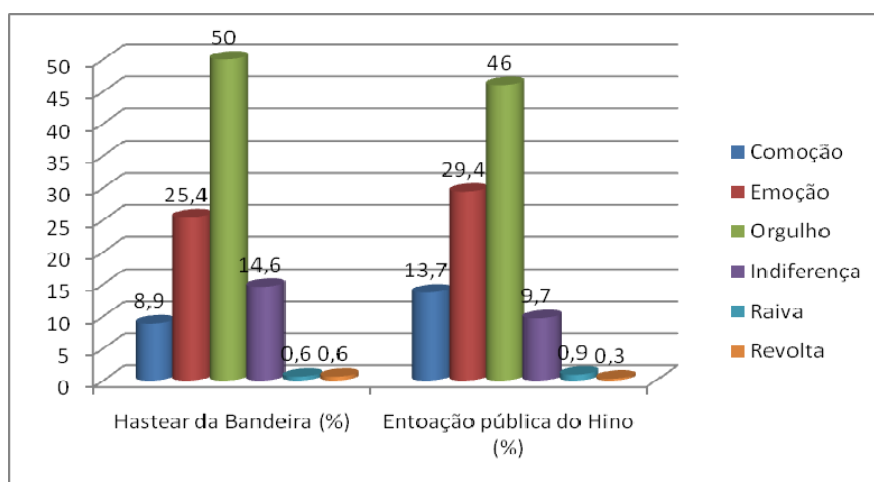
Gráfico n.º 2 – O significado dos Símbolos Nacionais



Quando questionados sobre o que sentem perante a exibição pública dos Símbolos Nacionais (gráfico n.º 3), a maioria dos inquiridos diz experimentar sentimentos de orgulho: 50% perante o hastear da bandeira e 46% perante a entoação do hino; emoção: 25,4% perante o hastear da bandeira e 29,4% perante a entoação do hino; e comoção: 8,9% perante o hastear da bandeira e 13,7% perante a entoação do hino. Verificando-se maior emotividade positiva dos inquiridos perante a entoação pública do hino nacional (89,1%) em relação ao hastear da bandeira (84,3%). A maior intensidade emotiva é provavelmente provocada pela complexidade da combinação dos sentidos envolvidos, afinal a audição do hino é somada à visualização, igualmente presente na cerimónia do hastear da bandeira. Por outro lado, devemos assinalar ainda dois motivos que poderão contribuir para a menor emotividade perante o hastear da bandeira. Em primeiro lugar, o fim do serviço militar obrigatório e conseqüente diminuição do número de cerimónias do juramento de bandeira, com toda a carga emotiva e solene que lhes era adjacente. Em segundo lugar, a banalização da exibição pública da bandeira (motivada em grande parte pelo movimento do Europeu de Futebol de 2004)⁷. Desta forma, a solenidade da cerimónia do hastear da bandeira (exceptuando feitos desportivos) poderá estar comprometida.

Curiosamente e quando questionados sobre se a bandeira nacional deveria ser hasteada em todas as casas apenas 6,9% dos inquiridos responde afirmativamente, reservando tal disposição para organismos públicos (74,9%) e instituições de segurança (15,1%).

Gráfico n.º 3 - Sentimento perante a exibição pública dos Símbolos Nacionais



⁷ O então seleccionador da selecção nacional de futebol – Luís Filipe Scolari – apelou aos portugueses que manifestassem o seu apoio à selecção colocando a bandeira de Portugal nas janelas das suas habitações.

b. *Manutenção ou mudança?*

Sobre a concordância com a manutenção dos Símbolos Nacionais no pós-25 de Abril, os inquiridos são peremptórios: 75,7% concorda em relação a ambos os elementos; apenas 4,3% teria mudado ambos e cerca de 12,9% não têm opinião. Os restantes 7,1% consideram que ou o Hino ou a Bandeira deveriam ter sido alterados.

Em conformidade e quando questionados sobre o que mudariam nos Símbolos Nacionais (gráficos n.ºs 4 e 5), os inquiridos são consensuais: nada. Cerca de 88,6% não mudam nada na Bandeira Nacional e 91,4% não mudam nada no Hino Nacional. A única alteração que reúne algumas respostas que deve ser mencionada é a referente à letra do Hino Nacional (6,9%).

Gráfico n.º 4 – Elemento a mudar na Bandeira Nacional

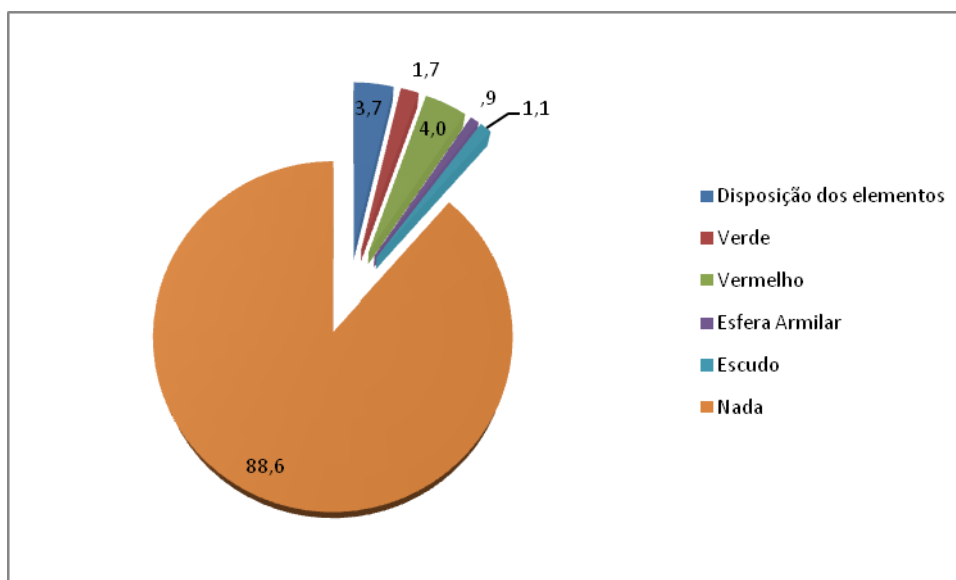
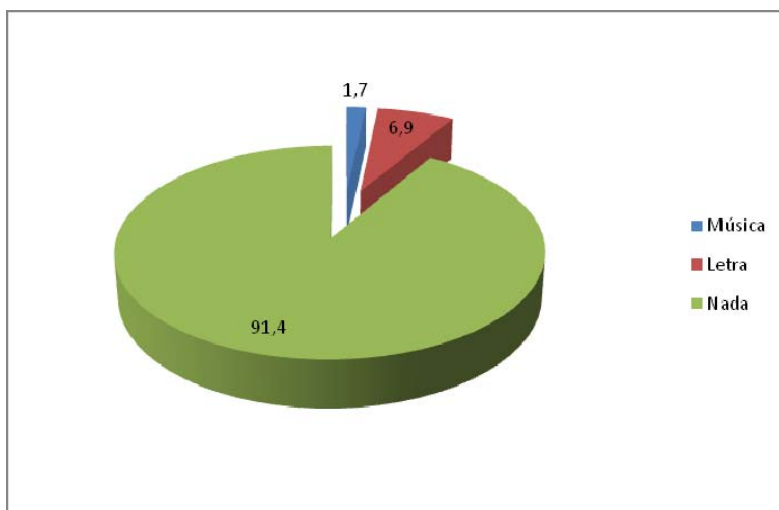


Gráfico n.º 5 – Elemento a mudar no Hino Nacional

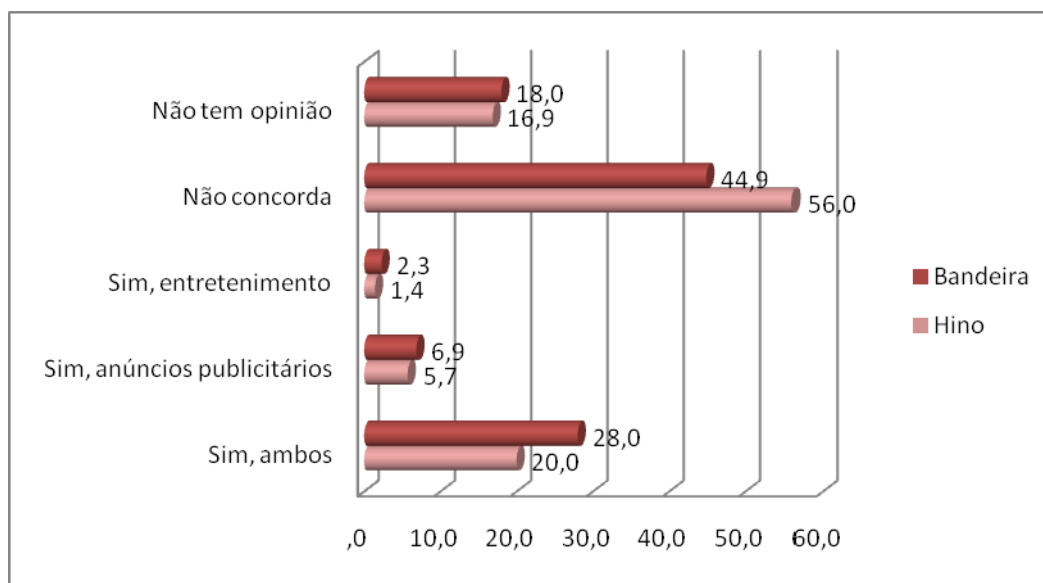


c. *O uso dos símbolos nacionais*

Sobre a utilização dos Símbolos Nacionais em anúncios publicitários e programas televisivos de entretenimento (gráfico n.º 6), os inquiridos respondem maioritariamente que não concordam: 56% (hino) e 44,9% (bandeira). Em sentido oposto, assinalam-se 28% de inquiridos que concordam com a utilização da Bandeira Nacional em anúncios publicitários e programas de entretenimento e 20% com o mesmo sentimento em relação ao Hino Nacional.

Finalmente e quando questionados sobre a utilização do padrão da Bandeira Nacional como roupa, cerca de 62,9% dos inquiridos não concorda.

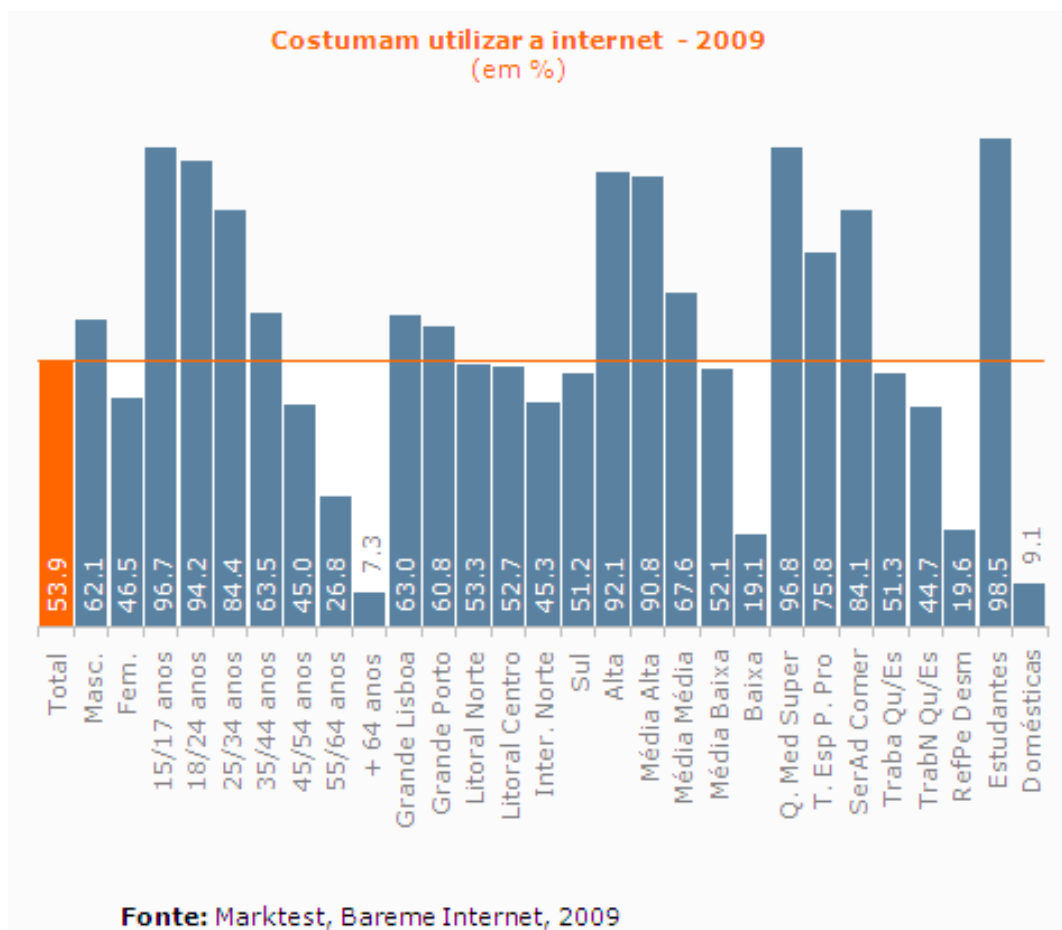
Gráfico n.º 6 - Utilização dos Símbolos Nacionais em anúncios publicitários e programas de entretenimento



1. Movimentos para a alteração dos símbolos nacionais, na *Internet*

Tendo em conta a crescente utilização da *Internet* como veículo de movimentos e causas, complementámos o nosso estudo empírico com a análise de petições e propostas para alteração dos símbolos nacionais por parte dos internautas. Assim sendo, esta nossa análise tem como principal objectivo avaliar a força centrífuga da *Internet* enquanto tecnologia da comunicação. Reproduzimos para tal parte da mensagem veiculada e proposta alternativa, assim como, os números da adesão por parte dos utilizadores da *Internet*, cujas características sócio-demográficas são aproximadas ao grupo de inquiridos do inquérito. Por isso, sublinhamos as particularidades sócio-demográficas dos utilizadores da *Internet* em Portugal (gráfico n.º 7), condições que segundo McQuail são determinantes para a compreensão da estrutura social e do uso dado aos *media* (2000:385). De acordo com dados da *Marktest*: 53.9% indivíduos residentes no Continente com mais de 15 anos utilizam a *Internet*. Os grupos etários onde existe maior predominância no uso da *Internet* compreendem as idades entre os 15 e os 44 anos, sendo 62.1% dos utilizadores do sexo masculino. Em termos de ocupação, os maiores utilizadores são estudantes (98.5%) e quadros médios e superiores (96.8%).

Gráfico n.º 7 – Utilizadores da Internet em Portugal



a. Adaptação de Rick Ashley - Never Gonna Give You Up⁸

Considerando que:

- *O Hino Nacional presente encontra-se desenquadrado com a realidade actual;*
- *Os problemas que Portugal enfrenta neste momento nada têm a ver com aquilo que o Hino Nacional demonstra;*
- *O Hino Nacional representa o que fomos outrora, não o que somos actualmente;*
- *O Hino Nacional é nada mais nada menos que uma adaptação de uma canção de cariz patriótico.*

Vimos então propor que o mesmo seja alterado e adaptado para: Rick Astley - Never Gonna Give You Up.

(...)

Com isto pretendemos:

- a) Dignificar o País que nos une;*
- b) Usufruir de um Hino com uma letra de transmite uma sensação de amor e fraternidade entre os portugueses;*
- c) Que não apele à luta e à guerra, mas sim ao amor e à paz;*
- d) Sensibilizar o País para a união dos corações e sentimentos, demonstrando o orgulho que é ser Português.*

A presente petição vai assinada pelos cidadãos abaixo-assinados que aderiram à proposta apresentada pela Associação requerente.

Leiria, 26 de Outubro de 2008

Número de assinaturas: 45

Este movimento pretendia apelar a alteração do teor belicista de "A Portuguesa", para uma mensagem de cariz fraternal e pacífico. Contudo, fá-lo tomando como alternativa uma canção pouco adequada e de origem estrangeira, o que obviamente contraria a intenção nacionalista do símbolo nacional que os signatários propõem alterar.

Existe no entanto uma certa coincidência com os resultados do nosso inquérito, uma vez que, os inquiridos que propunham alterações ao hino (8,6%) apontavam a letra (6,9%) como o elemento mais problemático, assim como, o anacronismo da *Portuguesa* que representa "o que fomos outrora, não o que somos actualmente" (28,9%).

⁸ Fonte: *Petição para Alteração do Hino Nacional para RickRoll'd*. 2008 [<http://www.peticao.com.pt/hino-rickroll>], consulta a 07/07/2009].

b. "Movimento Perpétuo Associativo" dos Deolinda⁹

Porque o tempo dos "heróis do mar" já lá vai há muito...

Porque não somos actualmente nem "nobre povo", nem "nação valente"...

Porque, como tal, não faz sentido mantermos um hino que reflecte um nacionalismo tacanho e bélico (Às armas, às armas, pela pátria lutar, contra os canhões marchar marchar" (???) e que está completamente desactualizado e desfocado da realidade do país...

Porque nesta nação reina o conformismo, a apatia e o desinteresse generalizado por aquilo que nos rodeia...

Porque é preciso um "murro no estômago" para acordarmos do estado de latência a que chegámos...

Porque qualquer nação que queira evoluir tem de ter uma noção clara e consciente dos seus males e dos seus vícios mais negativos;

Porque não é possível continuarmos a assobiar para o lado, a fingir que está tudo bem, a acenar a bandeirinha e o cravo nas horas certas, enquanto no dia-a-dia nada fazemos para que as coisas melhorem...

Porque qualquer demonstração de idealismo e convicção forte é considerado, desde logo, uma utopia, um defeito, um fracasso...

Porque, em consequência disso, quem melhor se safa são cada vez mais os mediocres, os oportunistas, os "lambe-botas"...

Porque se exige uma reflexão séria sobre o futuro do país...

Porque é urgente que ocorra uma mudança de mentalidades no nosso país, capaz de gerar um maior dinamismo, um maior espírito crítico, uma maior irreverência...

Porque precisamos de um hino que esteja realmente de acordo com a actualidade nacional, que melhor retrate o país...

Por tudo isto, os subscritores desta petição vêm, por este meio, propor o tema "Movimento Perpétuo Associativo" dos Deolinda como novo hino nacional.

João Torgal, Setembro de 2008

Número de Assinaturas: 2348

A petição associada à música "Movimento Perpétuo Associativo" do grupo de Novo Fado *Deolinda* é, talvez, a proposta para alteração do Hino Nacional que reuniu mais apoiantes e suscitou mais "passa a palavra". A este facto não é alheio o teor da letra da música e a identificação do paradoxo sobre a maneira de "ser português", simultaneamente inflamada e desejoso de mudança e imobilista, esperando que alguém resolva os problemas.

Por outro lado, a movimento reuniu alguma projecção mediática com a sua divulgação no programa radiofónico "Manhãs da 3" (*Antena 3*) com Nuno Markl¹⁰, o que terá contribuído para uma maior projecção da sua mensagem.

⁹ Fonte: Torgal, J. (2008), *Petição para um Novo Hino Nacional*. [http://www.peticao.com.pt/hino-deolinda, consulta 07/07/2009].

c. *Hino Nacional: Grândola vila morena*¹¹

O nosso Hino Nacional, como símbolo da República Portuguesa e do seu povo, deve reflectir na generalidade o seu sentir, as suas ideias e os seus desejos, as suas aspirações. Deve ser o espelho da alma do povo português, não apenas para nos vermos a nós próprios, mas também para que os outros povos saibam quem e como somos. É por esta razão que penso que o nosso Hino se encontra desactualizado.

Tenho uma ideia de como deveria ser o nosso hino. Terá de ser um hino que em vez de falar de heroísmos passados do nosso povo, descreva o que gostaríamos de ser no futuro; um hino que em vez de nos convidar a pegar em armas, nos vincule ao respeito da liberdade; uma canção que em vez de nos querer levar à vitória, nos incite à fraternidade e respeito pelo nosso semelhante.

Pois bem, eu conheço uma canção assim, todos nós conhecemos — não é preciso inventá-la, porque já existe. E é também uma canção intimamente ligada à luta do povo português pela liberdade, ligada à sua vitória sobre a ditadura que o prendeu durante quase cinquenta anos, composta e cantada por um dos poetas e músicos que mais fez por essa conquista. É uma canção que é hoje de todos nós e que já há muito cantamos para celebrar o dia da libertação. Essa canção chama-se “Grândola Vila Morena” e penso que a sua letra é o melhor argumento que podemos dar para a tornar o novo Hino Nacional.

A proposta apresentada por António Manuel Dias não teve a configuração de petição e, apesar de ter gerado algum debate em páginas pessoais de conhecidos e seguidores do *weblog* do autor, não teve grande expressão. A proposta do autor visava a alteração do Hino Nacional adoptando-se o hino da Revolução de Abril, o que de si era já controverso face à associação comunista de José Afonso, autor de “Grândola vila morena”.

Outras propostas para alteração do Hino poderão ser encontradas em *websites*, no entanto, com menor expressão ou adesão por parte dos internautas.

d. *Portugal Europe's West Cost e Vamos Fundir Portugal*

Em 2007, a BBDO (agência de comunicação) apresentou ao Instituto do Turismo de Portugal a campanha *Portugal Europe's West Cost* (ver figura n.º 4) que além de visar uma melhoria da imagem do país no estrangeiro proponha uma nova bandeira nacional. Contudo a alteração proposta enfermava pelo uso da cor azul que retomava a herança da Monarquia além da visível imitação da bandeira da União Europeia.

¹⁰ Outubro de 2008.

Figura n.º 4 Proposta da Portugal Europe's West Cost (recusada)¹²



Uma campanha publicitária, apesar da sua qualidade, não é um motivo suficiente para alterar uma bandeira. Em Novembro de 2009, a mesma agência retomou a questão dos símbolos nacionais ao apresentar no congresso da APDC (*Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações*)¹³ a ideia *Vamos Fundir Portugal* [<http://www.vamosfundirportugal.org/>] apelando a sugestões para uma nova bandeira e um novo hino. Este movimento encontra-se em fase “beta”, sem resultados públicos.

e. *Mudar os Símbolos de Portugal*¹⁴

Este assunto que vou aqui debater é polémico. Por isso, começo já pela razão que me leva a escrever: entendo eu, na minha modesta opinião naturalmente, que é altura de mudar a bandeira de Portugal ou, pelo menos, será tempo de falarmos nisso. Justifico, desde já, afirmando sem pejo que não somos os mesmos de 1910 e se os símbolos nacionais servem para alguma coisa devemos reflectir se os actuais ainda nos representam ou não. Pessoalmente, não me revejo na bandeira actual. Respeito-a porque sei representar o meu país. Mas apenas isso. Não a amo. Não me diz nada e não sinto que o povo a que pertence queira estar representado por semelhante anacronismo. Uma bandeira não é apenas um jogo de cores e de formas. Uma bandeira é um conjunto de símbolos e de mensagens que tem por missão espelhar o sentir de um povo. Angola, por exemplo, consta que vai mudar de bandeira por já não sentir o mesmo que sentia quando aprovou a actual. (...)

Fernando Eloy, 2007

Número de assinaturas: 45

¹¹ Fonte: Dias, A. M. M. P. (s.d.), *Maracujá*. <http://maracuja.homeip.net/manifestos/hino>, consulta a 07/07/2009.

¹² Proposta apresentada pela empresa BBDO ao Instituto do Turismo de Portugal [http://www.apgei.pt/2006/West_Coast.pdf], consulta a 15 de Julho de 2009.

¹³ Congresso realizado nos dias 18 e 19 de Novembro de 2009. Mais informações em: <http://congresso09.apdc.pt>, última consulta a 7 de Dezembro de 2009.

¹⁴ Fonte: Eloy, F. (2007) - *Mudar os Símbolos de Portugal* [<http://www.petitiononline.com/bandprt/petition.html>], consulta 07/07/2009.

A bandeira nacional. Uma nova imagem. A mesma bandeira em 2010¹⁵ (ver figura n.º 5).

Figura n.º 5 Proposta de Nova Bandeira para 2010



Comemoração dos 100 anos da Implantação da República e Comemoração dos 900 anos da Fundação da Nacionalidade.

Esta proposta da remodelação da bandeira é apenas a adaptação do estandarte de formato quadrado em uso pelas Forças Armadas Portuguesas, ao projecto da Nova Bandeira Nacional que se deveria efectuar nas comemorações a realizar em 2010, para com esta alteração homenagear:

- *A República que comemora os 100 anos da sua implantação em 1910.*
- *E Portugal que vai comemorar os 900 anos da sua fundação em 1110.*

Esta imagem resulta visualmente mais equilibrada, e a razão para a apresentar é tão nobre que não teremos tão breve uma data tão significativa. São apenas cinco alterações, mantendo-se identificada a bandeira, uma vez que é difícil justificar neste contexto, alterações mais profundas:

- *As cores passam a ter a proporção igual na bandeira.*
- *O verde altera para o tom azeitona, mais compatível com o vermelho.*
- *A esfera armilar é envolvida com a coroa de louros do estandarte.*
- *A simbologia deveria ser revista por manifesta desadequação à actualidade.*

Porque a fita que envolve o escudo tem uma inscrição que pertence às Forças Armadas, nessa recomposição deveria ser analisado em conjunto o sentido das diversas simbologias inscritas no brasão de armas, como os castelos ou as chagas por exemplo, que têm uma representação que já não faz nenhum sentido hoje. A inclusão dos louros resolve o problema da limitação daquela isolada esfera armilar e do seu perdido efeito visual no centro da actual bandeira. Basta atentar na nova imagem da proposta e na manutenção da identidade que ela continua a representar, para se tomar este projecto como derradeiro face ao momento para que se propõe.

¹⁵ Graza - *Arroios* [<http://rendarroios.blogspot.com/2008/01/bandeira-nacional.html>] associado à petição - *Mudar os símbolos de Portugal*, com apenas 45 assinaturas. [<http://www.petitiononline.com/brandprt/petition.html>], consultas a 15 de Julho de 2009.

Outra petição que aborda a alteração dos Símbolos Nacionais, neste caso com uma extensa argumentação em torno das cores e símbolos constantes na Bandeira Nacional. Uma vez mais, a reacção dos internautas é fraca e desinteressada.

Assim sendo, verificamos que mesmo com a mudança do paradigma do consumidor mediático para um *prosumer*, produtor de conteúdos e activo nas suas opções, as vozes discordantes que apelam à alteração dos símbolos nacionais têm pouca expressão revelando uma fraca vontade de mudança identitária portuguesa, ao que não será alheia a condição de elementos enraizados no imaginário social dos símbolos nacionais.

Considerações Finais

O presente artigo radica os seus fundamentos na teoria simbólica e culturológica da comunicação de massas. Assim, procurámos compreender a importância dos símbolos nacionais enquanto elementos culturais próprios da comunidade portuguesa e a influência que os *media* têm na atitude dos portugueses em relação aos mesmos. Complementarmente, apresentamos os símbolos nacionais recorrendo aos seus enquadramentos legal e histórico. Os símbolos nacionais são anunciados como resultado de um processo evolutivo que acompanha a História de Portugal e os seus líderes, surgindo como apropriações do poder político, sob proposta de artistas e intelectuais.

Compreendido o enquadramento histórico e a polémica em torno da adopção da bandeira republicana, procurámos aferir junto de uma amostra não probabilística e de conveniência, o sentimento dos inquiridos com menos de 35 anos residentes no distrito de Lisboa em relação aos símbolos nacionais e o que mudariam nos mesmos se tivessem poder de decisão.

Apesar da amostra não ser representativa e não poder ser feita a extrapolação dos resultados, não deixamos de sublinhar a convergência de sentimentos positivos (orgulho, emoção e comoção) perante cerimónias públicas de exibição dos símbolos nacionais; o apego dos inquiridos aos símbolos nacionais que consideram importantes e representativos da História de Portugal e a sua quase unanimidade perante a sua manutenção.

No nosso caso concreto, podemos compreender o que deu origem aos símbolos nacionais portugueses e a sua justificação histórico-legal, contudo, dificilmente perceberemos o que é que numa realização imagética icónica e sonora, que realizam em unísono uma comunidade imaginada, une indivíduos que mais nada têm em comum e que no momento da invocação até do "eu" são desprovidos (Anderson, 2005:196-197).

Por isso, procurámos complementar o nosso estudo empírico com observação de movimentos e petições que defendem a alteração dos símbolos nacionais e que podem ser encontrados na *World Wide Web*.

Verificamos, no entanto, que apenas o “Movimento Associativo Perpétuo”, divulgado na Rádio Antena 3, teve alguma projecção no ciberespaço e possui mais de duas mil assinaturas. Os restantes movimentos têm uma fraca adesão (menos de 100 assinaturas).

Com este estudo percebemos que a tecnologia muda, mas os valores, as atitudes e as formas simbólicas podem manter-se, reforçando (ou pelo menos não enfraquecendo) a identidade cultural de um povo. Este facto pode estar associado aos resíduos de manutenção definidos por Pareto. Assim sendo, os símbolos oficiais assumem-se como forças centrípetas, ou seja, de coesão. Os *media* reforçam este estatuto com as associações positivas das representações dos símbolos em contextos de vitória e enaltecimento popular. Por outras palavras, os significados mediáticos reflectem a identidade cultural nacional (McQuail, 2000: 485). Os nossos resultados empíricos mostram o apego dos inquiridos aos símbolos nacionais e a sua concordância com a manutenção dos mesmos após o 25 de Abril de 1974 e evidenciam o papel da comunicação como processo simbólico através do qual a realidade é produzida e mantida (Carey, 1998:23). A esta evidência podemos ainda associar a resiliência da cultura argumentada por Anthony Cohen (1995:75).

O presente estudo enferma, no entanto, por não ser representativo da população portuguesa, nem dos indivíduos com menos de 35 anos e deverá ser complementado com um estudo nacional que abranja outras gerações de forma probabilística¹⁶.

Bibliografia de Referência

Alleau, R. (1976), *A Ciência dos Símbolos*, Lisboa, Edições 70.

Anderson, B. (2005), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

Bandarra, G. A. (2000), *“Profecias” do Bandarra*, 6ª Edição (Impressas pela 1ª vez em 1644), Lisboa, Vega.

Borges, P. A. E. (1985), “Da demanda templária ao profetismo imperial do Padre António Vieira” in AA.VV. *Les Templiers, Le SaintEsprit et l’Age D’Or*, II Colloque de Tomar.

Bourdieu, P. (1986), “The forms of capital” in: Richardson, J. (Ed.) (1986) in: *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, pp. 241-258.

¹⁶ Estudo não desenvolvido por limitação de meios humanos e materiais.

Botelho, A. (1997), *Saudade, Regresso à Origem*, Lisboa, Instituto de Filosofia LusoBrasileira.

Camões, L. (1999), *Lusíadas*, 6ª Edição, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

Carey, J. (1988), *Communication as Culture*, Boston, Unwin Hyman.

Castells, M. (2003), *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O fim do milénio*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cohen, A. P. (1995 [1985]), *The symbolic construction of community*, London, Routledge.

Costa, D. L. P. (1978), *A Nau e o Graal*, Porto, Lello & Irmão Editores.

Elias, N. (1991), *The symbol theory*, London, Sage.

Franco, J. E. (2000), *O Mito de Portugal. A primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D'Orey.

Fuchs, C. (2008), *Internet and Society. Social Theory in the Information Age*, New York, Routledge.

Galvão, D. (1906 [1726]), *Chronica de elrei D. Affonso Henriques*, Lisboa, Bibliotheca de classicos portuguezes.

Guiraud, P. (1978), *A semiologia*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Presença.

Jenkins, R. (1996), *Social Identity*, London, Routledge.

Leão, F. C. (1998), *O Enigma Português*, 4ª Edição (1ª Edição: 1960), Lisboa, Guimarães Editores.

Lima, J. P. A. (1998), *Armas de Portugal: origem, evolução, significado*, Lisboa, Edições Inapa.

Loução, P. A. (2003), *Portugal – Terra de Mistérios*, 4ª Edição, Lisboa, Ésquilo.

Manovich, L. (2001), *The Language of New Media*, Massassuchets, The MIT Press.

McQuail, D. (2000), *McQuail's mass communication theory*, 4ª edição, Londres, Sage.

Morin, E. (1962), *L'Éprit du temps*, Paris, Grasset.

Pareto, V. (1968), *Traité de Sociologie Générale*, Genebra, Droz.

Sebastião, S. P. (2009), "«Resíduos» e «Derivações» no Destino Manifesto Português", in: *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, n.º 3, Jan-Abr., pp. 7-20.

Teixeira, N. S. (1991), "Do azulbranco ao verderubro. A simbólica da Bandeira Nacional" in: Bethencourt, F. e Curto, D. R. (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Toffler, A. (1970), *O Choque do Futuro*, Lisboa, Edições do Brasil.

Van Dijk, J. (2005 [1999]), *The network society: Social aspects of new media*, 2ª edição, Londres, Sage.

Webgrafia

A(?), *Petição para Alteração do Hino Nacional para RickRoll'd*. 2008 [<http://www.peticao.com.pt/hino-rickroll>], consulta a 07/07/2009].

BBDO, [http://www.apgei.pt/2006/West_Coast.pdf] consulta a 15/07/2009.

Dias, A. M. M. P., *Maracujá* [<http://maracuja.homeip.net/manifestos/hino>] consulta a 07/07/2009.

Eloy, F. (2007), *Mudar os Símbolos de Portugal* [<http://www.petitiononline.com/bandprt/petition.html>], consulta 07/07/2009.

Graza, *Arroios* [<http://renderroios.blogspot.com/2008/01/bandeira-nacional.html>] consulta a 15/07/2009.

Portal do Governo, *Símbolos Nacionais*,

[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Documentos/Decreto_Bandeira_Nacional], consultas várias em Março 2006.

Torgal, J. (2007), *Petição para um Novo Hino Nacional* [<http://www.peticao.com.pt/hino-deolinda>], consulta 07/07/2009.